

16 FEV 1992

Saúde

Alcântara pede aumento na verba do SUS

A destinação de 15 por cento dos orçamentos fiscais da União, dos estados e dos municípios e de 20 por cento do orçamento da Seguridade Social para a área de saúde é o caminho para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), que hoje enfrenta insuficiência de recursos. A proposta do vice-governador e secretário de Saúde do Ceará, Lúcio Alcântara, foi apresentada à Comissão Especial do Sistema Previdenciário Brasileiro da Câmara dos Deputados. Alcântara alerta que, a médio prazo, a receita de contribuições da Previdência estará totalmente comprometida com o pagamento de benefícios, escasseando ainda mais as verbas para a saúde.

Atualmente o Estado do Ceará, um dos que mais contribui, destina somente dez por cento do seu orçamento à saúde. Nos demais estados a média está abaixo deste patamar. Em Minas Gerais, em

1990, foi transferido apenas 1,6 por cento do total de recursos do Tesouro ao setor. Segundo Alcântara os recursos estão aquém das necessidades e o Brasil leva desvantagem em relação a países em iguais condições de desenvolvimento. Em 1989 apenas 4,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) foi gasto com saúde no País.

Para Alcântara a forma de alojar mais recursos para o setor é reorganizar as fontes de financiamento do SUS através da ampliação da participação dos recursos do Tesouro federal, estadual e municipal. Ele defende os repasses automáticos e diretos dos recursos, ao invés de convênios, aos estados e municípios, sendo 50 por cento transferidos com base no critério populacional e a outra metade por outros critérios, como perfil demográfico, epidemiológico e características qualitativas e quantitativas da rede.

Outra proposta é que seja viabilizada a participação da sociedade na gestão da Seguridade Social. A idéia está na Constituição Federal de 1988, mas na prática não foi bem implantada. Existem diversos colegiados como o Conselho Nacional de Saúde, os estaduais e municipais, além dos conselhos de secretários de saúde, "porém eles não detêm efetivo poder de decisão, nem são suficientes para assegurar a participação e, muito menos, melhorar a qualidade da gestão", salienta.

Depois de definidos o Plano de Custeio e o esquema direutivo da Seguridade Social Alcântara sugere a adoção dos contratos de gestão. Eles pactuariam as relações entre o Governo e o INSS; entre o Governo Federal, os governos estaduais e municipais e o SUS; e entre esses mesmos governos e as instituições de assistência social.